

O “passado que foi, mas não se foi”: uma reflexão sobre a herança escravocrata e a desigualdade racial no Brasil

The “past that was, but is not gone”: a reflection on the legacy of slavery and racial inequality in Brazil

Keila Oliveira* 

Resenha do livro *Terra, capital e trabalho no modo de produção escravista: bases agrárias do racismo brasileiro*, de José Amilton de Almeida

No livro *Terra, capital e trabalho no modo de produção escravista – bases agrárias do racismo brasileiro*, o autor José Amilton de Almeida aborda uma temática fundamental para compreender a formação social brasileira e o racismo no nosso país. A obra, fruto da pesquisa de doutorado do autor, é dedicada a analisar como o modo de produção escravista moldou as bases da sociedade brasileira.

José Amilton é um jovem professor da Universidade do Estado do Rio de Janeiro que se destaca pela genialidade na produção de uma obra tão densa com profunda criticidade. A trajetória do intelectual é marcada também por sua militância política, reforçando seu compromisso revolucionário.

O objetivo principal da obra é conduzir o leitor a compreender a estruturação das relações sociais e escravistas, bem como o papel central da exploração da terra e do trabalho escravizado no modo de produção escravista. O autor expõe como esse sistema impunha leis, contradições e formas de alienação que permitem pensar como se dão, atualmente, a divisão racial do trabalho, a expropriação da terra e a exploração racial e social. José Amilton articula obras das ciências sociais e econômicas para demonstrar a centralidade do escravismo na formação das estruturas sociais brasileiras.

A obra se destaca por correlacionar o passado ao presente ao evidenciar que práticas e dinâmicas do sistema escravista, como a con-

RESENHA

<https://doi.org/10.12957/rep.2025.91805>

*Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, RJ, Brasil.
E-mail: keilaoliveira_s@yahoo.com.br.

Como citar: OLIVEIRA, K. O
“passado que foi, mas não se foi”:
uma reflexão sobre a herança
escravocrata e a desigualdade racial
no Brasil. *Em Pauta: teoria social e
realidade contemporânea*,
Rio de Janeiro, v. 23, n. 59, pp. 236-
240, maio/ago., 2025. Disponível
em: [https://doi.org/10.12957/
rep.2025.91805](https://doi.org/10.12957/rep.2025.91805).

Recebido em 24 de março de 2025.

Aprovado para publicação em 30 de
março de 2025..



© 2025 A Revista Em Pauta: teoria social e realidade contemporânea está licenciada com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.

centração fundiária e a exploração da mão de obra, foram reproduzidas e adaptadas ao contexto contemporâneo, especialmente ao agronegócio. Assim, José Amilton não apenas elucida as origens históricas do racismo no Brasil, mas também incita reflexões sobre como essas questões ainda moldam a sociedade atual. Como pontua o autor esse é “um passado que se foi, mas não se foi”, enfatizando que as consequências do modo de produção escravista e colonial resultaram em um capitalismo dependente, sustentado por uma economia agroexportadora, em grandes latifúndios, na superexploração dos trabalhadores e na produção de uma grande massa de pessoas, sobretudo negra, sem-terra e sem teto.

Ao longo do livro o autor realiza a análise de quatro pontos fundamentais: o papel econômico do monopólio da terra para o escravismo colonial e o desenvolvimento do capitalismo mundialmente; as relações sociais de produção entre senhores e escravos; o processo de alienação do trabalho e a dimensão ideológica que garantem a base moral para o modo de produção; e as manifestações atuais do movimento de apropriação de terras no Brasil.

José Amilton percorre obras fundamentais para as ciências sociais e econômicas, tendo como principal referência para analisar a relação capital, terra e trabalho a obra de Karl Marx. A teoria marxiana serve como alicerce para o desenvolvimento da análise, trazendo o conceito de renda fundiária para compreender a função da terra; as determinações da lei do valor, para examinar o trabalho escravizado; e os conceitos de alienação e fetichismo da mercadoria, para analisar as relações de produção. Apesar de Karl Marx ser o principal autor referenciado, Jacob Gorender e Clóvis Moura também recebem destaque por fornecerem embasamento teórico para as hipóteses desenvolvidas na obra.

O livro está estruturado em quatro capítulos, que seguem uma progressão gradual no desenvolvimento do pensamento e na profundidade da análise, com o objetivo de alcançar a finalidade proposta pela obra. Cada capítulo é estruturado para responder a uma questão específica. O primeiro capítulo examina a formação do monopólio da terra dentro do modo de produção escravista brasileiro. O segundo capítulo analisa o trabalhador escravizado, enquanto uma categoria econômica nesse sistema, e qual a sua função na valorização do valor. O terceiro capítulo investiga o processo de alienação das relações sociais escravistas, com ênfase em suas manifestações ideológicas e leis. Por fim, o quarto capítulo aborda os impactos acumulativos desses processos na questão agrária, nas dinâmicas sociais e no racismo persistente na sociedade brasileira.

O primeiro capítulo, intitulado *A Terra: teoria do valor e função da terra no modo de produção escravista*, e examina a consolidação do monopólio da terra no contexto do modo de produção escravista brasileiro, enfatizando como a estrutura fundiária favoreceu os grandes latifúndios e a concentração de terras nas mãos de uma elite proprietária. Essa concentração foi essencial para sustentar o sistema escravista, ao mesmo tempo em que criou barreiras para o acesso à terra por outros grupos sociais, especialmente os traba-

lhadores escravizados e seus descendentes. O capítulo também reflete sobre os impactos históricos dessa estrutura fundiária, que contribuíram para perpetuar as desigualdades sociais e econômicas no Brasil.

O segundo capítulo, intitulado *O trabalho: “contribuição da crítica da economia política” da escravidão moderna*, aborda a caracterização do trabalhador escravizado como uma categoria econômica central no modo de produção escravista brasileiro. O autor explora o papel fundamental dos trabalhadores escravizados na sustentação econômica desse sistema, destacando como suas vidas eram completamente subordinadas às necessidades do capital e da produção agrária. Além disso, o capítulo analisa as condições de trabalho e a desumanização a que eram submetidos, tratando o trabalhador escravizado como um “meio de produção”. Essa perspectiva econômica foi essencial para consolidar e perpetuar o sistema escravista, deixando marcas profundas nas relações sociais e econômicas do Brasil.

O terceiro capítulo, denominado *A Alienação do “escravo” e a “teoria” alienada da “escravidão”*, tem como foco principal o processo de alienação presente nas relações sociais do sistema escravista. O autor investiga como essas relações foram construídas e sustentadas por meio de formas ideológicas e teorias que legitimam a exploração e desumanização dos trabalhadores escravizados. Ademais, o capítulo analisa como essas ideologias moldaram as estruturas sociais e culturais da época, criando bases que influenciam o pensamento e as relações sociais no nosso país até os dias de hoje.

O quarto capítulo, chamado *A terra e o trabalho: questão agrária e expressões contemporâneas da divisão racial do trabalho*, representa o ponto fundamental de fechamento do pensamento do autor e elucida sobre as consequências sociais e econômicas do modo de produção escravista na sociedade brasileira. Este capítulo detalha como os processos de monopólio da terra, alienação social e exploração do trabalho escravizado impactaram a questão agrária, a desigualdade social e o racismo no Brasil contemporâneo. O autor reflete sobre como essas estruturas históricas ainda influenciam as relações sociais e econômicas atuais, evidenciando a permanência de um sistema que favorece a concentração de riqueza e poder.

Considerando os pontos expostos, entende-se que a obra de José Amilton se fundamenta na teoria marxista para desvendar como o sistema escravista brasileiro estruturou as relações sociais, econômicas e raciais ao longo da história. O autor demonstra em sua análise que o monopólio da terra, a exploração da mão de obra escravizada e as ideologias legitimadoras do escravismo formaram as bases das desigualdades estruturais na sociedade brasileira. Dessa forma, ele inicia sua obra examinando a estrutura fundiária, avança para a compreensão da relação econômica com o trabalhador escravizado, discute os aspectos ideológicos que sustentaram essas dinâmicas e conclui com os reflexos dessas estruturas na atualidade. Assim, José Amilton constrói uma reflexão sólida sobre a continuidade histórica dessas desigualdades no país.

Um dos pressupostos da obra de José Amilton é a centralidade do modo de produção escravista na formação das estruturas sociais, econômicas e raciais no nosso país. O sistema escravocrata não esteve relacionado tão somente com a mão de obra utilizada no período colonial e imperial, mas se tornou a base da nossa economia. O trabalho escravizado sustentou a produção econômica, bem como, consolidou a acumulação de riquezas nas mãos de uma elite proprietária. Esse acúmulo de riquezas só foi possível a partir da relação entre terra, capital e trabalho, que permitiu a consolidação dos monopólios e a existência de grandes proprietários de terra. Além disso, o trabalho escravizado só pôde ser estabelecido graças à legitimação que encontrava na sociedade, que permitia a exploração e desumanização desse trabalhador escravo.

Insta salientar, entretanto, que os negros foram escravizados, porém, esse processo não ocorreu sem uma importante resistência da população negra. José Amilton busca desconstruir a perspectiva que compreende a abolição da escravidão exclusivamente como uma concessão da população branca. Tal entendimento sugere que a elite agrária brasileira controlou o processo abolicionista de maneira a preservar seus interesses e que a população negra apenas assistiu de forma passiva a sua libertação. No entanto, o autor argumenta que a abolição também não foi unicamente resultado da luta promovida pela população negra escravizada. Conforme apontado por José Amilton, negros, indígenas, escravos, abolicionistas e emancipacionistas gradualmente construíram o caminho em direção à liberdade, de acordo com as condições reais impostas pelo contexto social. Para o autor, a abolição é fruto de um embate, envolta em contradições e antagonismos, resultado da correlação de forças presente.

A abolição foi, portanto, o resultado de uma construção histórica, de uma luta que se deu de forma gradual, permeada por avanços e retrocessos. Entretanto, assinada a abolição, esta se consolidou sem nenhum tipo de reparação para a população outrora escravizada. Dessa forma, mantiveram-se no país a superexploração da população trabalhadora, a segregação social e racial e a manutenção dos grandes monopólios da terra, sustentados por uma postura autoritária do Estado. Para o autor, o período escravocrata definiu os rumos da economia, da sociedade e da política no Brasil, deixando marcas que continuam a influenciar os modelos adotados até os dias de hoje.

José Amilton assinala que o Brasil vive um capitalismo dependente, marcado por características antidemocráticas, antinacionais e, desde sempre, racista. A divisão racial do trabalho e a exploração racial da classe trabalhadora, iniciadas no modo de produção escravista, foram apropriadas pelo modo de produção capitalista, garantindo a superexploração da classe trabalhadora, especialmente da população negra. Nesse sentido, conforme aponta o autor, a luta contra o racismo em uma perspectiva emancipatória é, necessariamente, uma luta contra o próprio capitalismo. Ou seja, o racismo só encontrará o seu fim em uma sociedade sem classes, sem preconceitos ou discriminação, em que não haja

exploração do trabalho. Assim, a luta antirracista é também a luta anticapitalista e desempenha um papel imprescindível na problematização sobre o monopólio da terra no Brasil.

O autor considera que o racismo no Brasil teve seu nascedouro no modo de produção escravista que, ao longo do tempo, foi reinterpretado e ressignificado, garantindo as bases para a superexploração de uma classe trabalhadora racializada, no contexto do capitalismo. A superação desse modelo econômico exige não apenas a união dos segmentos subalternizados, mas também que a luta anticapitalista ou anticlassista incorpore a luta antirracista e que esta, por sua vez, abarque a luta por uma sociedade sem classes.

A obra de José Amilton apresenta uma análise crítica, densa e profunda, que aborda, pela raiz, as bases estruturais do sistema escravista e suas implicações nas desigualdades sociais e econômicas do Brasil contemporâneo. Ao discutir a relação entre a terra, o capital e o trabalho, o autor não só evidencia a centralidade da exploração racial no desenvolvimento econômico do país, como também destaca a necessidade de estudar o racismo não apenas como um tema marginal, mas como um elemento central para compreender a formação social brasileira

A obra de José Amilton apresenta uma análise indispensável para compreender o racismo e a exploração racial enraizados na sociedade brasileira. Ao relacionar o modo de produção escravista ao capitalismo contemporâneo, o autor ressalta que as desigualdades sociais e raciais não são apenas resquícios de um passado distante, mas continuam latentes em nossa sociedade. Assim, o livro não só desafia o leitor a revisitar a história sob um novo olhar, como também oferece reflexões cruciais para entender o panorama atual do país e reconhecer que a luta pelo fim do racismo está intrinsicamente ligada à luta contra a exploração de uma classe pela outra, ao combate às desigualdades sociais e, por fim, a superação do capitalismo.

Referências

ALMEIDA, J. A. *Terra, capital e trabalho no modo de produção escravista: bases agrárias do racismo brasileiro*. São Paulo: Dialética Editora, 2025